

---

---

## Recensões

*RETROSPECTIVE CATALOGUING IN EUROPE. 15<sup>th</sup> to 19<sup>th</sup> century printed materials: Proceedings of the International Conference, Munich 28<sup>th</sup> — 30<sup>th</sup> November 1990.* Edited by Franz Georg Kaltwasser and John Michael Smethurst. Munchen, Saur, 1992 (Bibliothekspraxis; band 31). ISBN 3-598-21131-7

O objectivo da realização desta Conferência foi o de avaliar os projectos de retroconversão de catálogos bibliográficos em curso um pouco por toda a Europa para depois se chegar à definição de formas comuns de proceder a essa tarefa de modo a preservar e partilhar uma herança cultural comum.

A ideia desta Conferência andava no ar já há algum tempo dado o reconhecimento da importância da temática em causa, mas a cooperação europeia tem demonstrado dificuldade em passar das palavras aos actos.

Digamos que foi o anúncio do Plano de Acção para as Bibliotecas Europeias (DGXIII), com as suas exigências e plataformas mínimas, que forçou a convocatória da Conferência

sem a qual se perpetuaria o desconhecimento, de parte a parte, dos diversos projectos já existentes.

Estiveram presentes na Conferência representantes de 22 países europeus e nela foram relatadas as diferentes experiências. É o relato destas experiências que constitui o volume agora publicado. Os Editores limitaram-se a limar algum desvio excessivo na utilização da língua inglesa uma vez que 16 das delegações presentes não a têm como língua-mãe.

As descrições dos vários projectos falam por si: os trabalhos em curso são de todo o género e extensão. Apesar desta variedade de soluções e falta de uniformização só o próprio facto de existirem projectos de retroconversão, do Atlântico aos Urais,

prova o seu carácter inadiável. Em dois grandes grupos eu dividiria os projectos: os de grande porte evidenciando uma cuidada planificação, uma forte sistematização e ainda uma mobilização considerável de recursos porque se entende que é o interesse geral que se joga. Um outro grupo, de ambições mais limitadas, com projectos mais titubeantes, não por dificuldades técnicas mas por falta de planeamento e apoio claro.

Entre os primeiros, os projectos britânicos e norte-americanos — é inútil tentar separar uns dos outros depois do sucesso do ISTC e do ESTC — demarcam-se pela abrangência, pelos volumes já alcançados, pela própria dinâmica. A leitura atenta das respectivas descrições dão-nos muitas pistas de trabalho, como se a concretização dos objectivos delineados que lograram atingir não fosse já um enorme incentivo.

Não me parece necessário dissecar aqui experiência por experiência: para isso é que as actas da Conferência foram editadas e a sua leitura revela-se, indubitavelmente, como indispensável.

O mesmo já não poderei afirmar das palavras introdutórias de Michael Smethurst. Não perdendo embora o tom de todas as palavras de apresentação — de âmbito geral e sempre conciliatório — não deixam as presentes de pôr o dedo nos aspectos mais candentes: porquê a urgência da conversão retrospectiva dos catálogos bibliográficos; os prós

e os contras na utilização das fichas já existentes e/ou das próprias espécies; o enriquecimento posterior de registos mais incompletos; o registo meramente bibliográfico *versus* um registo como verdadeiro instrumento de pesquisa; a recatologação e/ou conversão retrospectiva; a criação de uma rede europeia; os diferentes códigos e regras de catalogação; as entradas de autoridade.

Reconheço que nada é dito que os técnicos envolvidos em projectos de conversão retrospectiva não conheçam. A maestria reside, contudo, em conseguir estabelecer um elo lógico entre os problemas existentes e as necessidades dos utilizadores das bibliotecas, reconhecendo as dificuldades e sugerindo alternativas. Isto é, da pura descrição factual — como acontece com as comunicações — para uma visão conceptual e, por isso mesmo, mais promissora.

Finalmente um simples apontamento. Nenhuma biblioteca de referência pode deixar de adquirir este livro. Trata-se de uma chave de acesso e descodificação para interrogações várias sobre o possível estado de tratamento de fundos nas mais diversas bibliotecas. Talvez faça falta um índice que orientasse para os períodos já cobertos com a identificação precisa da sua localização. Uma nota negativa num conjunto de várias outras positivas.

MARIA LUÍSA CABRAL  
*Biblioteca Nacional*

BEAUNE, Colette — *LE MIROIR DU POUVOIR* / introduction François Avril; avec la collaboration du Département des Manuscrits de la Bibliothèque Nationale. Paris, Hervas, cop. 1989. ISBN 2-903118-55-8

A arte da iluminura ao serviço do poder real em França na Idade Média é a abordagem feita pela autora nesta obra, utilizando como suporte documental as riquíssimas colecções de manuscritos iluminados da Bibliothèque Nationale.

A temática, sugerida pelo próprio título, é explanada ao longo dos quatro capítulos fundamentais em que a obra está estruturada, a saber: «Introduction», «Les rois du passé», «Le roi en son gouvernement», «L'autre corps du roi». A autora procura assim demonstrar, através do texto e da imagem, como a arte da iluminura foi utilizada para transmitir e veicular a mensagem do poder político na França medieval.

A introdução apresenta-se dividida em três partes: os manuscritos iluminados da Bibliothèque Nationale; a produção de manuscritos na Idade Média; a iluminura e a sua prática. Na primeira, o autor fornece-nos uma descrição da génese e evolução da colecção dos manuscritos iluminados da Bibliothèque Nationale através da qual podemos aperceber-nos da dimensão e riqueza dos documentos que a integram, para além dos acontecimentos que ao longo dos séculos marcaram a história desta instituição. A produção de manuscritos na Idade Média é também objecto de análise, se bem que

de uma forma genérica, debruçando-se sobre a actividade dos *scriptoria* monásticos, a acção das universidades na produção de manuscritos e da influência que o mecenato real desempenhou como impulsionador da produção destes documentos. A introdução termina com algumas considerações sobre a iluminura e a sua prática, a sua natureza e finalidade, enquanto expressão artística, utilizada simultaneamente como ilustração do texto e decoração do manuscrito.

O capítulo «Les rois du passé» é analisado com base em textos e imagens que tratam o tema das origens, da linhagem, dos antepassados do rei, em que o sagrado e o profano se misturam e confundem, em que a realidade e a mitologia andam de mãos dadas, em que as referências à mitologia clássica, greco-latina, são permanentes no sentido de transmitir a imagem do carácter sagrado da função real.

O rei no exercício do poder é-nos apresentado no capítulo «Le roi en son gouvernement». O governo do reino, a administração da justiça, as acções de guerra, a arrecadação e constituição do tesouro real são funções reais que o artista trabalha e ilustra, transmitindo a imagem de virtude, sabedoria, prudência e coragem. Do mesmo modo o próprio

«espectáculo» da corte é tratado em temas como a vida privada, a entronização, as visitas oficiais, o nascimento, a morte, outras tantas formas de veicular a mensagem da corte.

No último capítulo — «L'autre corps du roi» — a autora desenvolve o tema da simbologia, em que o rei sendo por um lado, ser humano, com defeitos e virtudes, sujeito à morte como qualquer homem, mas cuja função real é imortal, intemporal e à qual todos devem respeito já que ela é uma dignidade ordenada por Deus. O rei vai paulatinamente corporizar a ideia de coroa, de estado, de unidade da nação e que envolui para uma representação simbólica através de formas, umas já desaparecidas — a flôr de lis, o veado real — mas em que outras vão perdurar até aos nossos dias — o galo gaulês. Esta simbologia vai dar origem no início do século XV às primeiras figurações de França. A unidade emblemática será garantida pelo recurso ao conceito de unidade dinástica baseado na «geneologia» e na «lei sálica», mesmo que esta unidade seja artificialmente construída. A evolução faz-se à medida que a figura do rei que representa o Estado, a Nação, vai sendo apresentado simbolicamente pela «flôr de lis», pelo «veado real», pelo «galo gaulês», símbolos da unidade da Coroa, da Nação e

de que o «galo gaulês» é o sobrevivente.

A monarquia, ao encomendar e patrocinar a elaboração de textos e, sobretudo, de iluminuras, procura criar uma imagem favorável, não dos seus membros, mas acima de tudo das funções que ela deve assegurar — a manutenção da paz e da justiça — e dos valores e ideias relativos ao Estado e à Nação.

Textos e iluminuras vão ser os «media» que o poder político utilizou na Idade Média para promover a sua imagem. É que, como refere o autor da introdução, a liberdade do artista, do iluminador, está condicionada quer à vontade do mecenas, quer à vontade do autor do texto pelas limitações impostas no momento em que iniciava a ilustração do manuscrito e de que diz haver referências escritas nos próprios manuscritos a iluminar, alguns dos quais chegaram até aos nossos dias. A arte ao serviço do rei, ou a Iluminura como o «espelho do poder».

A obra apresenta ainda nas páginas finais uma cronologia dos reis de França, a lista dos manuscritos reproduzidos, com notas de conteúdo, autoria e proveniência, finalizando com a lista de referências bibliográficas.

JOÃO GONÇALVES  
*Biblioteca Nacional*